

**RESOLUÇÃO Nº 48/2015**  
(Publicada no Diário Oficial de 10/11/2015)

Alterada pela Resolução nº 08/2021, que mudou a titularidade da empresa.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à RAFITEC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SACARIAS.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações e considerando o que consta do processo SDE nº 1100140016410,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à RAFITEC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SACARIAS, CNPJ nº 00.763.251/0007-13 e IE nº 170.533.077NO, instalada no município de Esplanada, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 08, de 09/03/2021, DOE de 17/03/2021, tendo em vista mudança de titularidade, por incorporação, efeitos a partir de 17/03/2021.

**Redação originária, efeitos até 16/03/21:**

*“Art. 1º Conceder à PROPEX DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 04.671.122/0002-41 e IE nº 122.929.870NO, instalada no município de Esplanada, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:”*

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de contentores flexíveis (big bags), pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de novembro de 2015.

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de outubro de 2015.

**JORGE FONTES HEREDA**  
Presidente